



A EXPANSÃO DO TERRITÓRIO URBANO E SÃO JOÃO DEL REI/MG: a criação/destruição de geografias da esperança

Bruno Henrique dos Santos

Universidade Federal de São João Del-Rei

Lígia Maria Brochado de Aguiar

Universidade Federal de São João Del-Rei

Resumo

Este trabalho é sobre as transformações ocorridas no espaço urbano de São João del Rei/MG durante o longo período de trezentos anos de sua história. Identificamos e classificamos o uso do solo urbano, os problemas para a região e os agentes sociais que comandaram esse processo. A identificação e a classificação do uso do solo urbano se realizaram através dos ciclos econômicos e da expansão da mancha territorial urbana que envolve a segregação e a periferização socioespacial, a fragmentação e a constituição de São João del Rei como polo de atração de cidades contíguas a ela. A análise teórica e metodológica tem como pressuposto a produção capitalista do espaço pelas práticas sociais no contexto das reorganizações produtivas do capital e da divisão territorial do trabalho que a acompanham.

Palavras-chave: produção/(re)produção do espaço urbano, território, fragmentação.

THE EXPANSION OF URBAN LAND AND SÃO JOÃO DEL REI/MG: the creation/hope geographies destruction

Abstract

This work is about the changes in the urban space of São João del-Rei/MG during the long period of three hundred years of its history. We identify and classify the urban land use, the problems for the region and the social agents who run this process. The identification and classification of urban land use were held across economic cycles and the expansion of urban land spot that involve segregation and socio-spatial periphery, disorganization in space occupation and the establishment of São João del Rei as pole attraction of cities adjacent to it. The

theoretical and methodological analysis presupposes the capitalist production of space through social practices in the context of the reorganization of productive capital and social division of labor.

Keywords: Territory, Land Use, Rent of land, Reproduction of urban space.

INTRODUÇÃO

O fato da transformação do espaço urbano inteiro da cidade em mercadoria sujeita o seu uso à lógica da acumulação da produção capitalista. O espaço-mercadoria como espaço político e de representação pública da vontade privada institucionalizada pelo Estado vincula-se às relações de produção, aos seus signos e códigos, a um espaço “concebido”. A “a este espaço concebido” se contrapõe o espaço “vivido/percebido”, o espaço “de representação”, carregado de simbolismos que compõem a vida social. As práticas sociais, no jogo dialético das diferentes territorializações/territorialidades são a expressão das disputas pela apropriação do espaço, a face aparente das relações de produção.

É sob esta perspectiva de análise que explicaremos como se deu o contínuo processo de urbanização da cidade de São João del Rei através da sua expansão que se deu em função dos ciclos econômicos, da ampliação física da mancha urbana e das mudanças estruturais do conjunto urbano que envolve a segregação e periferação socioespacial, sendo a fragmentação a forma mais contemporânea pela qual ela se realiza neste período de acumulação flexível do capital. A produção do espaço destituída de seu valor de uso permitem ao capital imobiliário, em São João del Rei extrair a renda da terra loteando até voçorocas colocando contingentes populacionais em situação de risco social e ambiental em busca permanente do “lugar perdido.”

No decorrer dos mais de trezentos anos de história do município, o modo de ocupação do espaço e o seu uso na formação da cidade sempre estiveram ligados aos interesses das administrações locais e das classes dominantes. O modo de ocupação do espaço que constitui a cidade está ligado à necessidade da ação produtiva de cada período econômico, como bem explicita Carlos: (2009, p. 45):

O uso do solo ligado a momentos particulares do processo de produção das relações capitalistas é o modo de ocupação de determinado lugar na cidade. O ser humano necessita, para viver, ocupar um determinado lugar no espaço. Só que o ato em si não é meramente ocupar uma parcela do espaço; tal ato envolve o de produzir o lugar. Essa necessidade advém do fato de se ter que suprir as condições materiais de existência do ser humano na produção dos meios de vida. Isso varia com o desenvolvimento das forças produtivas, que traz implícita a (re) produção do espaço (CARLOS, 2009, p.45).

O estoque de materialidades históricas de São João del Rei herdado do período colonial não impediu o engajamento de suas elites ligadas à circulação de ideias e às intervenções urbanísticas ao projeto modernizador do século XIX e às reformas urbanísticas viabilizadoras do futuro, ou seja, das condições para que a acumulação do capital possa se realizar.

Aliadas à lógica da especulação do espaço essas intervenções tem o seu contraponto perverso na injustiça social, na irresponsabilidade com a coisa pública, na falta qualidade de vida dos cidadãos, na confusão urbana, na depredação da cidade. A pouca vivência democrática durante os ciclos econômicos conservadores e liberais pelos quais São João del Rei passou foram dificultando a construção de representações da cidade nas representações da população em seu modo de viver cotidianamente a cidade.

Para Martins (2013, p. 63) a vida cotidiana mergulhada no imediato e no visível “tende a ganhar autonomia em relação a uma concepção de mundo impregnada de fantasias e de significações cujo deciframento depende de um código próprio e estranho aos componentes propriamente racionais da sociedade moderna.” Deste modo, as geografias de esperança vão se tornando problemas sociais porque do ponto de vista urbanístico o “lugar” da população trabalhadora nos projetos de expansão urbana está em lugares onde a ausência de consumo coletivo (infraestruturas, equipamentos e serviços urbanos) não impõe um sobrevalor, também porque sua “representação difusa” dificulta o (re) conhecimento da cidade, o aparecimento de centralidades vividas.

A criação de geografias de esperança exige o reconhecimento dos territórios da cidade como condição de vida. As lógicas desterritorializadas do poder público e das instituições a serviço do capital acabam por excluir o cidadão porque são estranhas ao espaço vivido, percebido, aos espaços de representação. O lugar enquanto centralidade vivida contém uma dimensão de negação que pode vir a ser negação da negação, tornando-se projeto (sonho), práxis (vigília). (Martins, 2011, p. 71)

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido por meio do Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade Federal de São João del Rei e utilizou procedimentos metodológicos da pesquisa qualitativa. Os pressupostos da análise teórica e metodológica estão fundamentados na produção capitalista do espaço pela ação das práticas dos seus agentes sociais.

Foram realizadas leituras e discussões de artigos acadêmicos sobre a produção capitalista do espaço, a urbanização brasileira e as cidades pequenas e médias no contexto da reorganização produtiva do capitalismo e a divisão social e territorial do trabalho, o preço da terra, prática que nos acompanhou durante todo o decorrer da pesquisa.

Os dados e informações sobre a caracterização da expansão urbana da cidade foram encontrados no banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Anuário Estatístico de São João del Rei, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no Laboratório de Conservação e Pesquisa Documental da Universidade Federal de São João del-Rei (LABDOC-UFSJ) e em acervos particulares.

A RENDA DA TERRA E A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM SÃO JOÃO DEL REI

A produção do espaço resulta das ações humanas, da lógica da sua dinâmica social, principalmente da adição de trabalho sobre uma parcela da superfície terrestre. De acordo com Corrêa (2004), os agentes sociais que produzem espaço têm perspectivas diferentes, alguns construindo e materializando o sonho da casa própria e outros compreendendo a produção do espaço como mecanismo de reprodução ampliada do capital por meio da apropriação privada da terra, das incorporações e dos empreendimentos imobiliários. Portanto, o espaço de uma cidade constitui-se no conjunto de diferentes usos da terra sobrepostos entre si.

Para a análise da produção do espaço urbano de São João del Rei recorreremos à periodização dos ciclos econômicos pelos quais atravessou, associando-a à expansão territorial urbana mecanismo pelo qual o capitalismo consegue escapar de sua própria contradição criando outras, aos agentes produtores do espaço urbano, buscando compreender como a cidade é percebida e concebida pelos diferentes agentes sociais.

A FUNDAÇÃO DE SÃO JOÃO DEL REI, A PRODUÇÃO AURÍFERA E A RELAÇÃO DO PODER LOCAL NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O processo inicial de formação urbana de São João del Rei está intimamente relacionado à criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro pela Coroa Portuguesa, devido à sua fragilidade no controle da região das recém-descobertas minas de ouro, principalmente após a Guerra dos Emboabas (1707-1709). Com o surgimento da nova Capitania, simultaneamente eram fundadas várias vilas e arraiais, com destaque para Vila Rica (atual Ouro Preto), Vila de São João del-Rey (atual São João del Rei) e Vila de Nossa Senhora de Sabará (atual Sabará), que posteriormente foram elevadas à categoria de Comarcas.

Assim, durante o ciclo minerador no século XVIII, os poderes políticos, militares, jurídicos e administrativos passaram a concentrar-se na Capitania de São Paulo e Minas Gerais do Ouro sob a fiscalização da Coroa Portuguesa. Em consequência, após a formação do Arraial Novo do Rio das Mortes, com a posterior criação da Vila de São João del-Rey e elevação de sede da Comarca do Rio das Mortes, a ocupação urbana do município de São João del Rei concentrou-se em áreas localizadas em torno do vale do Córrego do Lenheiro e na encosta da Serra do Lenheiro.

Figura 1: Primeiro registro de São João del Rei – Primórdios da Vila de São João del-Rey, assinado por Johann Moritz Rugendas e datado de 09 de junho de 1824.



Fonte: Revista Oceanos, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, n. 41 (“A Construção do Brasil Urbano”), jan./mar. 2000.

Segundo a descrição oferecida por Maldos (2000) dividida por um rio, com caminhos diferentes para as entradas e as saídas da localidade e com encostas no seu entorno, São João del Rei desde o início de sua ocupação territorial foi condicionada por características topográficas, hídricas e acessos sempre próximos dos caminhos secundários, do Córrego do Lenheiro e dos pontos de água para abastecimento. Nas últimas décadas do século XVIII, a ocupação cresceu em direção aos subúrbios e caminhos de entrada e saída.

O espaço urbano, para Corrêa (1989) é produzido por agentes sociais concretos, que produzem e (re) produzem a cidade a partir da dinâmica de acumulação do capital, fundada nas necessidades de reprodução das relações de produção que geram os conflitos de classe. Os proprietários dos meios de produção (principalmente os grandes industriais), os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos, constituem os “agentes modeladores do espaço”.

Vasconcelos (2011), após breve exame da literatura prefere o uso do termo agente, afirmando que para avançar nos estudos dos agentes sociais na geografia é preciso “examinar as diversas possibilidades das ações dos agentes sociais no espaço urbano, tendo em vista as diferentes estratégias e práticas espaciais seguindo interesses convergentes ou contraditórios.” (p. 91) Concordando com a proposta de Vasconcelos, citamos Lefebvre para reforçar que “o espaço não é apenas organizado e instituído. Ele também é *modelado*, apropriado por este ou aquele grupo, segundo suas exigências, sua ética e sua estética, ou seja, sua ideologia.” (2008, p. 82)

No período colonial, segundo Vasconcelos, os agentes modeladores das cidades foram a Igreja; as ordens leigas; o Estado; os agentes econômicos; a população e os movimentos sociais.

No caso do clero secular pode ser destacada a divisão da cidade através da criação de paróquias com suas igrejas matrizes. Quanto ao clero regular, tanto a implantação estratégica dos conventos como a propriedade de casas e terrenos foram fundamentais. As ordens leigas também tiveram importante papel na questão fundiária e imobiliária. O estado teve o papel de planejamento, implantação de sistemas defensivos e controle normativo da cidade e de sua população, além dos principais prédios administrativos. Os agentes econômicos tiveram impactos diretos e indiretos através de seus investimentos urbanos. Finalmente, a população através da sua ação cotidiana e vernacular vai produzindo a cidade e, os movimentos sociais, com suas rupturas (que vão desde os quilombos, rebeliões, revoltas até as implantações irregulares) que causarão as transformações na mesma. (VASCONCELOS, 2011, p. 91)

No século XVIII o ouro mineiro atendeu aos objetivos da colonização e alimentou as metrópoles européias. A tese mais disseminada sobre as consequências da decadência do ciclo do ouro na região central de Minas Gerais foi a de Celso Furtado (1920-2004). Sua interpretação é que esta acabou produzindo escravos “semi-ociosos”, e possibilitou o desenvolvimento da economia cafeeira no Vale do Paraíba e o Oeste paulista.

Toda a produção de gêneros alimentícios que se realizava na região central de Minas Gerais, sobretudo, em São João del Rei, hoje localizada na mesorregião do Campo das Vertentes teria a função de assegurar a subsistência de um grande contingente de pessoas que viviam da mineração direta ou indiretamente, sem gerar excedentes significativos. No entanto, tem se firmado a ideia que a economia mineira, a partir da segunda metade do século XVIII entrou em um processo de modificação de sua principal atividade (mineração) e não em decadência:

A queda da extração aurífera não acarretou contração econômica, como afirmava a visão tradicional, mas sim uma transição da atividade nuclear, anterior, a mineração, para um diversificado complexo de produção de alimentos, atividades artesanais, ainda mineração e um vigoroso comércio. Enquanto ocorria o auge da mineração, na primeira metade dos setecentos, emergiam as bases das futuras estruturas sociais e econômicas de Minas. A produção de carnes,

derivados da cana-de-açúcar e do leite, milho entre outros alimentos cresceu a partir das necessidades de abastecimento, oferecendo importantes oportunidades comerciais. (Andrade,s/d p.5)

A atividade mineradora não desapareceu, a população não emigrou, nem os principais núcleos urbanos se tornaram cidades-fantasma, cidades velhas, ou cidades mortas como compreendeu Monteiro Lobato (1882-1948). A tese de que a atividade econômica se modificou leva a outra linha de interpretação que pesquisas e estudos historiográficos ratificam: a formação de um mercado interno que permitiu a acumulação no espaço colonial interno gerando uma elite econômica local de origem portuguesa, proprietária de terras e escravos, exercendo atividades comerciais, agropecuárias e de mineração, com valores baseados em uma hierarquia social excludente.

Para Afonso Graça Filho, em sua obra *A Princesa do Oeste* (2002), título em referência a como era conhecida a cidade de São João del Rei na época, as características das atividades econômicas mineiras que teriam participado indiretamente da economia exportadora realimentaram o aparecimento de outras zonas produtoras na província de Minas Gerais e constitui uma clara demonstração de como a elite mercantil do município estava envolvida em uma rede de relações sociais, guiadas pelas atividades comerciais, que produzia e reproduzia prestígio e poder. O problema do abastecimento interno de Minas no século XVIII, em razão do seu isolamento produziu uma rede comercial. Dimensão socioespacial da sociedade, a rede urbana é ao mesmo tempo condição e expressão da divisão territorial do trabalho.

Ângelo Serpa (2011, p. 98) considera que sempre agimos a partir do lugar e que as ações constituem um enredo, uma enunciação e que, portanto, “todos os lugares são lugares da enunciação, base para a reprodução do vivido e para a realização das práticas espaciais”.

Este passado colonial permitiu a São João del Rei, através de sua atividade econômica articular-se territorialmente a uma rede urbana que apenas se configurava desenvolvendo uma ampla rede comercial com relações indiretas com a exportação; favorecendo aparecimento de outras zonas produtoras; fortalecendo a formação de um mercado interno e, sobretudo, criando condições para que uma elite local proprietária de terras e escravos, poderosa comercialmente surgisse e, cujo capital excedente ajudou a financiar a industrialização, no final do século XIX.

O centro histórico de São João del Rei guarda hoje as formas em que a cidade foi concebida, representada, assim como, o registro de práticas sociais cotidianas que marcaram a racionalização do seu espaço. Neste espaço construído, lugar onde a vida acontecia integrada à economia, à política, à cultura, às normas e regulamentações institucionais havia uma centralidade, uma unidade, a partir da qual as diferenciações espaciais da cidade iam se tornando desigualdades com a

constituição de uma divisão social e territorial do trabalho intra e interurbana, nos séculos seguintes.

Entendemos que além de funcional o lugar é vivido, sua paisagem contém as formas dos processos de territorialização e territorialidade, isto é, os seus usos concretos quantos as formas de percepção e construção de sentido e significado desse espaço. É a “lógica da invisibilidade e do não reconhecimento pelos agentes hegemônicos da produção do espaço”, segundo Serpa (2011, p. 114) que “vai determinar, em última instância, a possibilidade de surgimento de centralidades”, ou seja, “as centralidades vividas, que se constituem em qualquer recorte, seja intraurbano ou metropolitana, regional ou nacional, a partir da esfera da reprodução da vida e do cotidiano de relações socioespaciais em cada lugar, que é, sobretudo, intersubjetivo e relacional. Isso é o lugar é também vivido, além de funcional.” (op. cit., 114)

São João del Rei não foi apenas centro comercial, não é hoje também apenas o seu centro histórico, mas centralidades vividas, apropriadas simbolicamente e afetivamente a partir dos seus referentes espaciais presentes na paisagem.

Para José de Souza Martins (2013, 43)

[...] a riqueza colonial não chegou a ser suficiente para revolucionar as relações sociais e atingir os conteúdos da sociedade. [...] a verdade religiosa estava na fachada do templo e não na fé das pessoas, anomalia produzida pela certeza arrogante do monopólio religioso sobre a alma das gentes. A exterioridade é que nos é importante, aquilo que se vê [...] Apesar de ser um indício de tolerância religiosa e de modernização, há aí uma mentalidade barroca, uma supervalorização das formas e exterioridades. O nosso barroco foi assim. A pobreza, e não a exuberância, dos adornos ostentando uma riqueza supérflua, colonial, pois o principal da riqueza gerada pelo ouro era transferido para metrópole. Nossa cultura continua sendo barroca.

Dai o conflito que se instalou na virada do século XIX para o século XX em suas representações: ser, em razão da decadência aurífera, a exemplo de outras cidades mineradoras, “cidade morta”, “cidade pitoresca” revelada na narrativa dos viajantes ou a “cidade moderna”, urbana, industrial. As percepções e representações da cidade e do seu cotidiano marcado pela diversidade de tempos têm implicações nas práticas de uso do espaço.

Auguste de Saint-Hilaire sobre a Vila de São João del Rei, em 1818 fez o seguinte comentário:

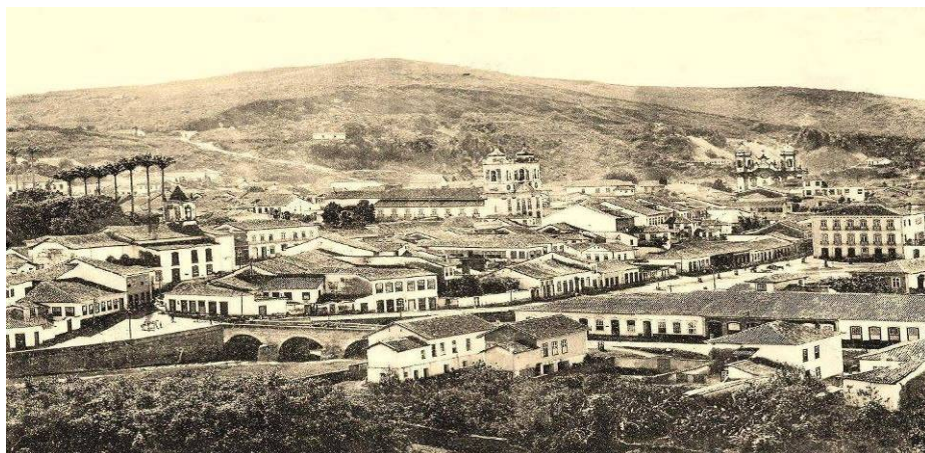
Vê-se em S. João, principalmente na Rua Direita, um grande número de lojas, geralmente muito bem sortidas. Não somente esta vila não tem esse ar de tristeza e abandono, peculiar a quase todas as desta província; não somente não se veem, a cada passo, casas abandonadas caindo em ruínas, mas ainda tudo aí parece vivo e animado. [...] Depois que o Brasil se tornou independente e os habitantes de S. João renunciaram, ao menos em parte, à mineração, esta vila tornou-se o centro de considerável comércio, que tende a aumentar com o tempo. Os comerciantes, muitos 57 dos quais bem ricos, compram no Rio de Janeiro todos os objetos que podem ser consumidos no interior; os vendeiros das pequenas vilas da comarca de Rio das Mortes e das comarcas mais distantes têm certeza de encontrar numa mesma casa em S. João, quase todos os artigos de que necessitam; enquanto que, se fossem ao Rio de Janeiro perderiam muito tempo fariam despesas consideráveis e menos conhecidas não gozariam do mesmo crédito. As mercadorias que a vila de S. João em particular envia à capital em troca das da Europa, são o ouro, couros, toucinho, algodão em rama, queijos, açúcar, tecidos grosseiros de algodão e alguns outros artigos.

A CONSOLIDAÇÃO DA CIDADE DE SÃO JOÃO DEL REI

Nas Minas Gerais do século XIX, é incontestável a importância de São João del Rei, como sede da Comarca do Rio das Mortes, em meio a diversos outros núcleos urbanos também significativos para a província. No final da década de 1830, a Vila de São João del-Rey contava com seis distritos: Carrancas, Nossa Senhora da Piedade do Rio Grande, São Francisco do Onça, São Miguel do Cajuru, Madre de Deus de Minas e Bom Jardim, além do território da Vila.

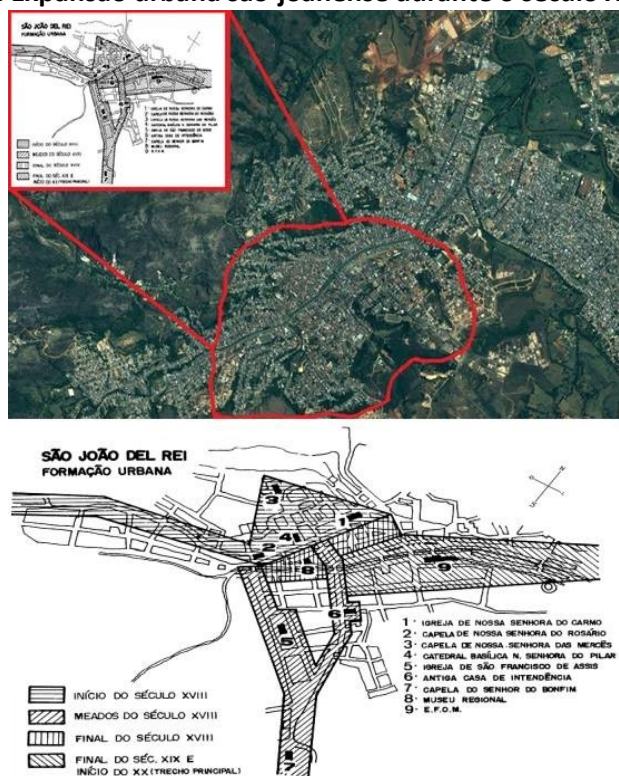
No final do século XIX, o capital acumulado pelos comerciantes possibilitou a industrialização da cidade com a criação da Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM), em 1881 – ligando São João del Rei à ferrovia D. Pedro II, que leva ao Rio de Janeiro; a fundação, em 1891, da Companhia Industrial Sanjoanense, no setor têxtil, e a formação, também em 1891, da Cia. Agrícola Industrial Oeste de Minas, entre outros empreendimentos.

Figura 2: Núcleo urbano de São João del Rei na primeira metade do século XIX



Fonte: Acervo do Museu Regional.

Figura 3: Expansão urbana são-joanense durante o século XVIII ao XX



Fonte: Lima (1995).

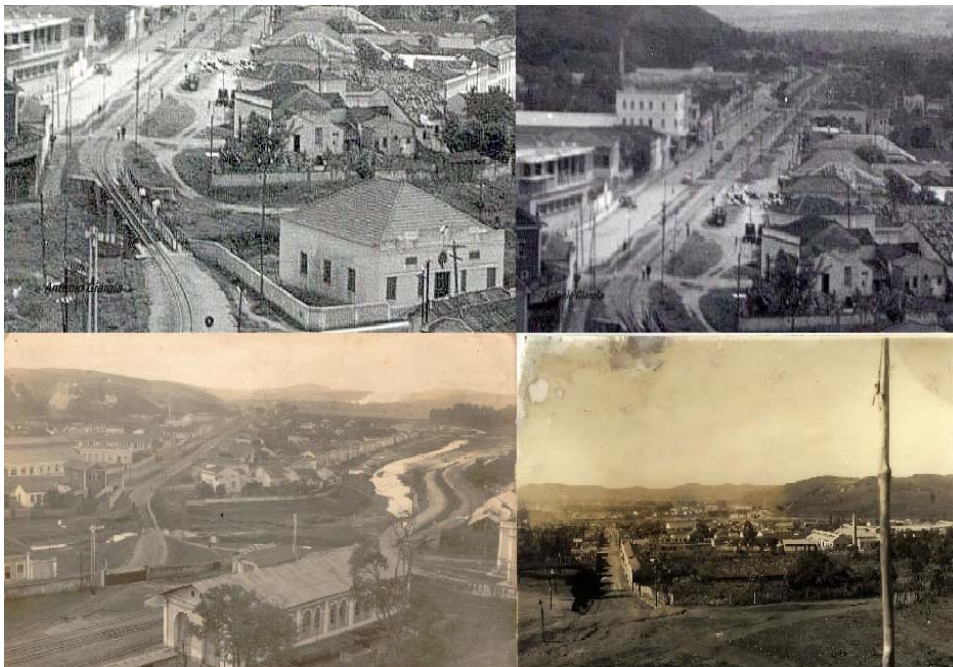
Durante esse período, que vigorou a partir da segunda metade do século XVIII até o final do XIX, São João del Rei passou por uma grande transformação no seu espaço físico. A cidade já não se limitava mais pelo vale do Córrego do Lenheiro, pois ela se encontrava interligada pelas pontes do Rosário e da Cadeia, e as duas

margens do córrego já estavam densamente urbanizadas. Acompanhando os trilhos foi aproximando-se progressivamente do arraial de Matosinhos e dos núcleos de imigração das colônias do Marçal e de José Teodoro.

A estrada “Cascuda”, nome atribuído aos “caminhos de ferro” pelos liberais em razão dos conservadores serem chamados de “cascudos”, juntamente com a introdução de braços dos imigrantes europeus para o trabalho na lavoura, resume o seu projeto conservador: transformar São João del Rei em armazém de ativo comércio e ponto convergente de diversos ramais férreos. A Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM) foi a mais importante estrada incorporada à Rede Mineira de Viação, sede de oficinas e entroncamentos. Extinta em 1980, permanece simbolicamente como parte da narrativa de um “devir civilizado” e, também, de um passado saudosista. Não só o tempo da máquina passa a programar a vida cotidiana, mas ao território e a produção. A aceleração do tempo significa aceleração da produção e modernizar significa encurtar distâncias, nas palavras de Harvey comprimir o espaço-tempo.

A expansão da cidade no final do século XIX e início do XX está diretamente influenciada pela linha férrea, pois foi ao longo dela que a população passou se organizar já que para o seu funcionamento era exigido um contingente enorme de mão de obra na construção e nas oficinas inauguradas em 1882.

Figura 4: Estrada de Ferro cortando a Avenida Leite de Castro e o Bairro das Fabricas – primeira metade do século XX



Fonte: Acervo Antonio Giarola.

A modernização e o ideário higienista, no final do século XIX, dão lugar a uma nova política de ordenação do espaço urbano. A segregação espacial e sua materialização em termos habitacionais revelava apenas um processo de estruturação de classes para a cidade em seu processo de inserção na produção capitalista do espaço. O resultado foi a periferização dos mais pobres e reserva das áreas centrais e pericentrais aos mais ricos.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO SÃO-JOANENSE MEDIANTE A ATIVIDADE INDUSTRIAL DO SÉCULO XX

Como consequência da implantação da ferrovia na cidade, várias melhorias foram introduzidas nos serviços urbanos. Não se pode perder de vista que este período, de fins do Império e início da República, foi em várias regiões do País, de modernização da indústria e da introdução de melhoramentos nos serviços urbanos.

A cidade passou por uma “Revolução Urbana”, a qual proporcionou o deslocamento do eixo urbano da região central para, até então, zona rural da cidade. Rapidamente, o Arraial do Matosinhos e o Bairro das Fábricas-Várzea do Marçal foram ocupados pela malha urbana. Nessas regiões encontrava-se a grande massa de operários, principalmente imigrantes italianos das diversas indústrias. Suas moradias eram construídas distantes do centro da cidade onde se estabeleciam os mais abastados com os seus casarões de estilo eclético, acompanhando as influências da *belle époque*.

Figura 5: As áreas destacadas representam os Bairros do Matosinhos e das Fábricas, que tiveram sua expansão associada à atividade industrial do início do século XX



Fonte: ilustração sobreposta em imagem captada no programa GOOGLE EARTH.

As indústrias têxteis, em especial a Companhia Industrial São Joanense (1891), Fábrica Brasil Fiação e Tecelagem (1911), Fábrica de Tecidos Matosinhos S/A (1930), Tecelagem Dom Bosco Ltda. (1937) e a Fiação e Tecelagem São João (1947) se instalaram nas áreas com melhores condições para o seu funcionamento, à margem da linha férrea, ou em áreas próximas, como Matosinhos. Em suas proximidades foram construídas residências para abrigar a mão de obra. Desses pequenos núcleos urbanos, formaram-se várias vilas. As vilas operárias produzidas nas primeiras duas décadas do século XX ofereciam moradia de baixo custo, ao mesmo tempo, que, mantinham seus funcionários sob o controle disciplinar e próximos do local de trabalho iniciando um processo de expansão urbana que articulou formas e processos que determinaram outras dinâmicas de estruturação do espaço com a contribuição do poder público nas intervenções viárias e, outras necessárias para a sua realização.

Figura 6: Fábrica de Tecidos nos Bairros de Matosinhos e das Fábricas



Fábrica de tecidos Matosinhos, que se localizava na Vila Lombardi e loteamento Geni Guimarães.

Fonte: Acervo Antonio Giarola.

É na era Vargas (1930-1945) que a moradia popular assume o caráter de política pública, no entanto sem contrariar os interesses do mercado, elas apenas o fortaleciam. O ideário da casa própria como bem patrimonial, manutenção dos laços familiares e, estabilidade social, de um lado, foi para o Estado instrumento de poder e organização social, de outro, mão de obra barata para o setor de construção.

No decorrer do século XX, São João del Rei apresentou um significativo desenvolvimento urbano nessas regiões por onde a estrada de ferro margeava. Por meio delas, o município se desenvolveu economicamente, sendo fundamental para a descentralização e para o crescimento urbano da cidade. Além disso, esses bairros são atualmente as principais vias de acesso da cidade que liga São João del Rei às principais cidades da Região Sudeste.

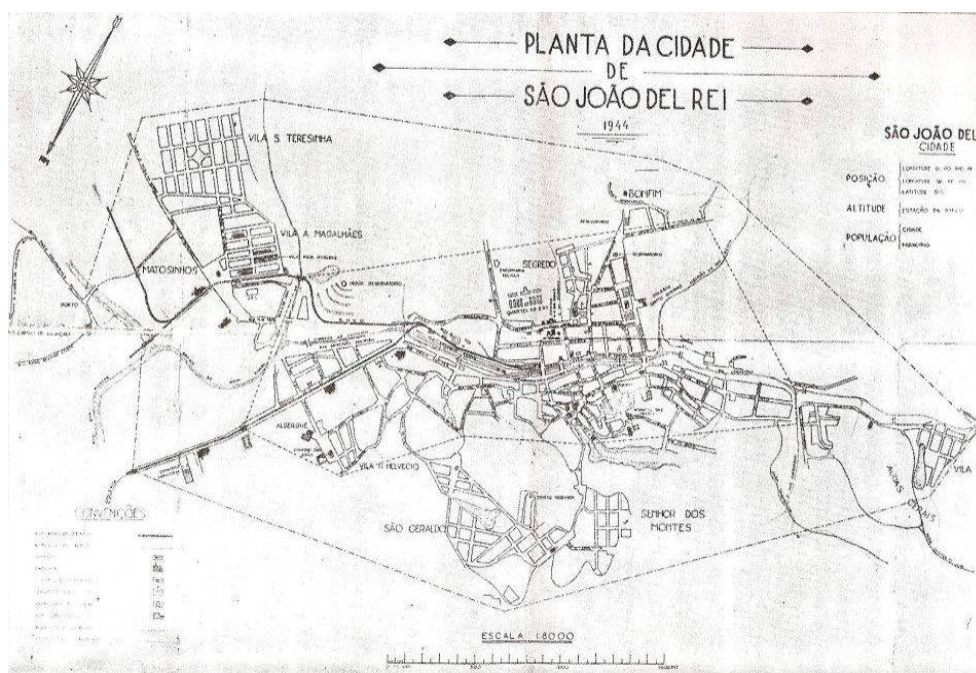
No bairro de Matosinhos, temos a BR-265, que leva às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro; e a BR-383, na Colônia do Marçal, que liga o município a Belo

Horizonte. Hoje, esses bairros são apontados como novas centralidades, já que as áreas centrais mais antigas da cidade estão saturadas.

A implantação da infraestrutura de transportes foi fundamental para o desenvolvimento da atividade industrial do município, promovendo importante reorganização do espaço urbano (Figura 7); com destaque, inicialmente, para a implantação da ferrovia e, posteriormente, da rodovia, que dinamizaram o fluxo de pessoas e mercadorias. Entendemos, conforme Sposito (2011 p. 133) que o transporte é “condição técnica” que tornam os tecidos urbanos mais descontínuos, esgarçados, no entanto, as causas das alterações da morfologia urbana estão na produção capitalista do espaço urbano. Estes espaços descontínuos salientam Sposito:

[...] coloca em xeque uma perspectiva bastante frequente em nossas elaborações, tanto no que respeita às abordagens relativas à urbanização, quanto à cidade. Trata-se da ideia da cidade como unidade, elemento que conforma, por sua vez, a ideia de rede urbana ou sistema urbano como conjunto de cidades em si. (op. cit., p. 133)

Figura 7: Planta da Cidade de São João del-Rei (1948)



Fonte: Arquivo Municipal da Prefeitura.

Nota: um aspecto marcante nesta representação cartográfica é a própria expansão do perímetro urbano da cidade e a intensificação do parcelamento de seu espaço a partir da instalação de vilas e loteamentos.

Atualmente, a dinâmica econômica do município de São João del Rei está setor de serviços tendo importante função produtiva na rede urbana na mesorregião do Campos das Vertentes, o que faz aumentar a intensidade das interações da cidade com outros espaços. Não é mais possível ver a cidade atual como uma unidade, como visto na periodização que realizamos através dos ciclos econômicos. Sposito (op.cit., p. 135), “assinala que a cidade tem que ser avaliada como um espaço aberto, do ponto de vista concreto e abstrato”.

As reestruturações econômicas dos últimos anos, proporcionadas pela especialização da cidade como fornecedora de serviços de educação e saúde, processo iniciado na década de 40, quando São João del Rei começa a perder a sua hegemonia regional para Belo Horizonte e Juíz de Fora, tem contribuído para a geração de emprego e renda na cidade, movimentando a economia local, principalmente com a consolidação da Universidade Federal de São João del Rei no município em 2002.

Apropriar-se significa “pertencer ao que nos pertence” (SANTOS, 2007, p. 14). Originalmente, as condições naturais da produção humana são a extensão do nosso corpo e ao mesmo tempo matéria-prima, instrumento, fruto, nossa própria existência; portanto, elas nos pertencem. É por meio das múltiplas formas de territorialidade/apropriação dos territórios, sobretudo daquelas resistentes e que sobrevivem nos interstícios das centralidades urbanas hierarquizadas, organizadas e colonizadas pelo capital, que podemos recuperar a singularidade dos lugares e costurar pactos sociais para as políticas públicas inclusivas, promover atividades econômicas enraizadas culturalmente para impedir a eleição de certos espaços em detrimento de outros em função da sua capacidade de rentabilizar uma produção.

O município de São João del Rei é de pequeno porte se o considerarmos apenas o aspecto quantitativo, 85 000 habitantes, segundo IBGE (2010), no entanto, vem apresentando qualitativamente características de cidades médias tendo a função de centro polarizador de atividades e articulador de território, além de centro sub-regional.

Cada vez mais se generaliza o aumento do tráfego de automóveis, ônibus e motocicletas que circulam numa malha de ruas e avenidas que se concentram no vale entre a Serra do Lenheiro e a de São José. Os acessos às principais rodovias BR-383 e BR-265 são feitos pelo centro da cidade. O projeto da implantação do novo anel rodoviário ligando as duas rodovias partindo da Colônia do Marçal e passando por Santa Cruz de Minas até a BR-265 prevê uma infraestrutura cujos impactos ambientais, sociais e econômicos já são objeto de grandes polêmicas. Desse modo, a mobilidade urbana, ao lado da especulação imobiliária, tem se configurado como os principais problemas da reprodução do espaço urbano de São João del Rei restringindo a efetivação do direito à cidade da sua população em seus mais variados aspectos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Coloniais ou imperiais, as cidades funcionaram no Brasil, como mera fonte para a exportação de mercadorias, razão do significativo atraso de sua industrialização e desenvolvimento urbano. Sua importância reduzia-se a fornecer produtos naturais para o mercado externo, por isso de início as construções eram isoladas e as fortificações representavam a maior preocupação. É com a República e a produção manufatureiro-industrial para atender as demandas das elites que, as cidades ganham relevância. O aumento da população, decorrente da necessidade de mão de obra e outro conjunto de acontecimentos: como a abolição da escravatura e a Lei de Terras levam ao êxodo rural em direção às cidades. As melhorias realizadas no território urbano promovidas pelo governo não poupou os mais pobres da exclusão e da cidadania nascente. Modernizado, o espaço urbano permitiu o aparecimento e consolidação do capital imobiliário. As reformas urbanísticas, segundo Maricato (1996), expulsaram a “massa sobrando” (negros, pedintes, pessoas sem documentos, desempregados de modo geral) dos locais urbanos mais centrais ou mais valorizados pelo mercado em transformação. “[...] Mais do que a cidade colonial ou imperial, a cidade sob a República, expulsa e segrega.”

Além dos limites da descrição buscamos relacionar a expansão urbana da cidade de São João del Rei com o processo de desenvolvimento da formação social, articulando assim padrão e processo, forma e função, espaço e tempo, que envolve diferentes escalas. Para compreender a história de consolidação da dinâmica urbana da cidade aprendemos que “em cada tempo há geografias a serem descobertas”.

Ao desenvolver este trabalho a partir da investigação das transformações no espaço urbano de São João del Rei, onde a dinâmica urbana da cidade está relacionada à valorização do espaço, à renda da terra e aos agentes produtores do espaço urbano identificamos e classificamos o uso do solo urbano, os problemas para a região, as áreas preferenciais e os agentes sociais que comandam esse processo.

Desse modo, verificamos que o processo de produção do espaço urbano de São João del Rei é resultante do monopólio dos poderes públicos e econômicos sobre a propriedade privada da terra e de uma legislação que não impede seus usos de acordo com os interesses do mercado. O monopólio da terra nas mãos de poucos indivíduos assegura o poder de decisão sobre a localização dos investimentos realizados, garantindo a apropriação da renda diferencial da terra.

O espaço urbano de São João del Rei, no decorrer de sua história configura-se mediante um padrão excludente de crescimento que não atende às demandas sociais da população e, conseqüentemente, corrobora com a fragmentação socioespacial, que é facilmente perceptível nas formas da paisagem urbana do município: crescimento territorial descontínuo, vazios urbanos, conjuntos habitacionais periféricos e condomínios fechados, novas centralidades,

distribuição de equipamentos comerciais e de serviços, infraestrutura e equipamentos urbanos de forma concentrada e desigual.

Para Sposito (2008) a cidade é “constituída de pedaços”, de modo sempre provisório ou por tempos curtos, portanto dispersa e fragmentada, se constitui em obstáculo para pensar um projeto de cidade o que permite que as demandas exigidas por uma sociedade mais individualista, de poder aquisitivo e facilidades de deslocamento e comunicação tenham que ser atendidas de forma imediata pelos produtos imobiliários.

As escolhas, dos segmentos de médio e alto poder aquisitivo em áreas urbanas mais distantes das áreas centrais são parte do mesmo conjunto de dinâmicas que levam às novas escolhas locais, gerando uma cidade dispersa. Segundo Sposito, essas escolhas podem ser interpretadas como “expressão espacial da individualização da sociedade”.

Como em outras cidades brasileiras, a morfologia urbana de São João del Rei apresenta novas centralidades além do centro histórico tradicional ou principal, outras áreas concentram residências, comércio e serviços nos bairros Tijuco, Colônia do Marçal e Matosinhos.

A topografia do município, além dos cuidados técnicos necessários para a sua ocupação de modo a não colocar em risco seus moradores, torna necessária a adequada classificação e uso do solo. A restauração e a revitalização de espaços deteriorados, especialmente aqueles que constituem o patrimônio cultural, também requerem novas funções na paisagem urbana. O uso do solo urbano e sua expansão exigem políticas públicas e mobilizações constantes, levando em conta a necessidade de todos, não podem continuar sendo a expressão da vontade privada, ou seja, dos interesses econômicos dos agentes produtores do espaço que determinam para onde, como e para quem a cidade deve crescer.

A fragmentação socioespacial, “forma mais avançada e complexa da segregação socioespacial, são processos que negam e redefinem a centralidade.” Como pode ser compreendida em várias escalas, a centralidade segmentada social e funcionalmente se transforma em centralidade “dispersa no território” e “difusa na representação” que elaboramos sobre a própria cidade e sobre a rede urbana. (Sposito, 2011p. 138)

Compreendemos que essa “representação difusa” contribui com o processo de “desencantamento do mundo”, a que se refere Weber (1864-1920). Quando nossas representações do espaço são difusas, o vivido dos praticantes da cidade “[...] torna-se sem sentido, alienado. [...] restringe-se às conexões visíveis dos diferentes momentos do que se faz. [...] Os desdobramentos remotos do que fazemos já não são acessíveis na significação de cada gesto e de cada passo. Estamos aparentemente condenados ao tempo trágico do atual e do imediato, ao tempo da falta de imaginação e da falta de esperança”. (Martins, 2013, p. 71)

Os espaços de representação presentes nas necessidades de todos constituem as “geografias de esperança” (HARVEY, 2004). Mergulhadas no movimento do real,

no mundo onde a vida de todos acontece, as geografias de esperança encontram significado e o sentido, a imaginação e a esperança, nas centralidades vividas onde as “contradições que não são teoricamente concebidas surgem na perspectiva do subjetivamente percebido e do socialmente interpretado.” (Martins 2013 p.75)

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Leandro Braga. **A formação econômica de Minas Gerais e a perspectiva regional: encontros e desencontros da historiografia sobre os séculos XVIII e XIX.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade.** Contexto: São Paulo, 2009.

_____; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A Produção do Espaço Urbano.** São Paulo: Contexto, 2011.

CORRÊA, R. L. A. **A Rede Urbana.** São Paulo: Ática, 2004.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888).** São Paulo: Annablume, São João del Rei: UFSJ, Funtir, 2002.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança.** São Paulo: Loyola. 2004.

IBGE (2011). **Indicadores sociais municipais.** Brasília, IBGE.

LIMA, Sérgio José Fagundes de Souza. Arquitetura são-joanense do século XVIII ao XX. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del Rei, São João del-Rei: Gráfica da APAE, v. 8, 1995.

MALDOS, Roberto (2000). **A formação urbana da cidade de São João del-Rei.** 2000. Disponível em <http://saojoaodelreitransparente.com.br/works/view/605> Acesso em: 27/02/2016.

MARICATO, Erminia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples.** Editora Contexto: São Paulo, 2011.

MATOS, Ralfo. **A discussão do antiurbanismo no Brasil Colonial.** Geografias. Departamento de Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia – IGCE/UFMG, BH. 07(02) p. 42-55, jul-dez, 2011.

SAINT-HILAIRE, Auguste de (1833). **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

SANTOS, Milton et. al. **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, WelbertLuiz dos. **A estrada de ferro Oeste de Minas: São João del-Rei (1877-1898)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas, Mariana. Programa de Pós-Graduação em História. 2009.

SERPA, Angelo. Lugar e Centralidade em um Contexto Metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Contexto, 2011. p.97 – 108.

SPOSATI, Adalgiza. **Cidade em Pedacos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

TAVARES, Denis Pereira. **Leituras de São João del-Rei/MG: experiências espaço/temporais da modernidade**. Revista Espacialidades. UFMG, 2011, v. 4, n. 3.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Questões metodológicas na geografia urbana histórica**. In. Geo textos. Bahia, vol5, n 2, dez, 2009. p. 147-157.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **A utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia urbana: avanço ou recuo?** In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 75-96.

Contato com o autor: Bruno Henrique dos Santos <bruno_xiv@yahoo.com.br>

Recebido em: 20/11/2015

Aprovado em: 29/03/2016